

Índia: Democracia, Tradições Religiosas e Cultura Empresarial

Em 1995, o Papa João Paulo II referiu nas Nações Unidas a necessidade de equilibrarmos o universal e o particular na vida internacional – os princípios universais da dignidade humana e direitos humanos com as circunstâncias particulares de uma nação, a sua cultura e história.

Foi uma mensagem muito apropriada quando as ideias políticas tendiam para um de dois extremos. Os princípios universais levados ao extremo resultam em abstrações indiferentes que não têm qualquer impacto nas vidas dos indivíduos, ao passo que as circunstâncias particulares levadas ao extremo levam ao nacionalismo e chauvinismo tacanho sem qualquer compreensão da humanidade e aspirações comuns. O Papa disse que o universalismo e o particularismo estão naturalmente em tensão recíproca, mas podem e devem ser equilibrados de uma forma saudável.

Para João Paulo II, falar nestes termos não era um mero exercício académico. Ele viu e sentiu pessoalmente o peso do nazismo e do comunismo; ele e os seus concidadãos polacos sabiam muito bem o que significava não ter direitos humanos, pois estavam ocupados por um regime determinado a eliminar todos os vestígios da cultura polaca. Ao mesmo tempo, a Polónia é talvez o melhor exemplo de como a cultura de um país pode assegurar a sua sobrevivência contra as privações mais severas de soberania e condição de nação. O universalismo e o particularismo conviviam na pessoa de João Paulo II.

Mas nas Nações Unidas o Papa não estava apenas a chamar a atenção sobre si – estava a desenvolver o entendimento da Igreja Católica sobre a democracia liberal e a sua relação com o Estado-nação. Este desenvolvimento tem sido surpreendente e pode ser instrutivo mesmo para os países que não sejam Católicos. Como instituição global, a Igreja oferece a sua doutrina social para o bem de todos e não meramente para a sua própria manutenção institucional.

O equilíbrio entre os princípios universais e as circunstâncias particulares é uma arte de prudência política, e que muitas democracias devem por em prática com cautela. A Índia tem tentado gerir este acto de equilíbrio.

A Índia é, evidentemente, a maior democracia do

mundo em termos de população, com mais de 1 bilião de cidadãos e tem estado envolvida na experimentação de auto-governo desde a sua independência em 1947. Tem sido uma viagem dura desde o início, começando com a separação do Paquistão, décadas de desgoverno por um Partido do Congresso socialista e corrupto, uma variedade de línguas desconcertante, tensões e, às vezes, violência sectária entre todos os grupos religiosos principais, movimentos secessionistas, terrorismo, emergências nacionais e rivalidades contínuas com o Paquistão e a China – dois países com armas nucleares. A própria ideia de tentar governar democraticamente um país tão grande e diverso como a Índia parece quase absurda.

Mas de alguma maneira a Índia tem conseguido não apenas sobreviver mas, nos últimos 15 anos, até mesmo prosperar. E porque é que isto se verifica? Eu irei argumentar que a combinação da cultura empresarial e religiosa da Índia tem fornecido um forte alicerce moral para o crescimento do país, que tem sido ajudado por algumas circunstâncias oportunas e algumas decisões políticas chave. Embora permaneçam vários desafios ao seu dinamismo religioso e económico, o futuro democrático da Índia continua brilhante.

O povo indiano como um todo é geralmente considerado como o mais espiritual do mundo mas também consideravelmente científico e racional. A vasta maioria, cerca de 85 por cento, são hindus, mas a Índia também alberga a terceira maior população muçulmana do mundo, milhões de cristãos e budistas, e a maior parte de Sikhs, Pársis e Jainas.

Como disse inicialmente, têm existido tensões e violência sectária entre estes grupos desde o início, mas um facto notável é o de que a condenação dessa violência vem de todos os sectores do país. A democracia da Índia é secular e proporciona uma garantia para todas as formas de crença e prática religiosas. Quando os nacionalistas hindus tentam explorar o seu estatuto de maioria para ganhos políticos, con-



seguem, na melhor das hipóteses, um sucesso temporário e, mais frequentemente, a rejeição inequívoca nas eleições.

As heranças religiosas da Índia ajudam a dar ao país raízes culturais e relações sólidas entre as gerações, que são essenciais para uma sociedade saudável. Como resultado, os indianos tem relutância em olhar para o Estado para sustentar as suas famílias, algo que o Estado seria simplesmente incapaz de fazer numa nação tão populosa. Identidade e obrigações religiosas também cimentam a diáspora das famílias indianas pelo mundo inteiro, tendo como consequência um enorme fluxo de remessas financeiras, visitas familiares frequentes e, mais recentemente, o regresso de emigrados para a Índia. Existe uma ligação forte entre indianos residentes e não residentes, tal como o governo os classifica.

É evidente que muitos indianos saíram do país devido ao facto de este ser tão pobre há tanto tempo, mas isto está a começar a mudar. O outro aspecto do sucesso democrático indiano, e talvez mais reconhecido, é a sua energia empresarial. Desde a independência até ao fim da Guerra Fria, o modelo indiano de desenvolvimento era baseado no socialismo estatal. Uma crise de reservas de divisas em 1991 forçou o governo a reduzir as suas restrições de importação e a economia tem desde então crescido rapidamente. Hoje em dia, a Índia é a quarta maior economia do mundo e em breve ultrapassará o Japão para se tornar a terceira maior. O capital humano da Índia, resultado de uma classe média grande, que fala inglês e é versada tecnologicamente, tem sido o motor por detrás deste crescimento.

No Index of Economic Freedom de 2006, encontramos um capítulo sobre o capitalismo de bases na Índia que explica em pormenor quão grande e dinâmico se tornou este sector empresarial. Perversamente, a dimensão e ineficiência do governo indiano permitiu que a economia informal se desenvolvesse antes da liberalização ter lugar e o país inteiro beneficia agora com isso. A economia informal inclui grandes fatias do sector automóvel, indústria de computadores, informação e tecnologia, electricidade, telecomunicações, educação, comércio de ouro e fabrico de joalheria, transferências monetárias e banca.

Como Hernando de Soto tão eloquentemente explicou no seu livro *The Mystery of Capital*, o truque consiste em formalizar estes sectores informais e permitir aos pobres capitalizarem os bens que já possuem. Isto tornará mais fácil correr riscos, começar novas empresas e expandir oportunidades para os membros mais pobres da sociedade que até agora não tem desfrutado dos benefícios do crescimento rápido da Índia.

A prosperidade da Índia tem acontecido apesar

de uma governação terrível, sendo que a governação permanece o grande problema para o futuro económico da Índia. Como explica Gurcharan Das na Foreign Affairs, o Estado não tem providenciado educação básica, cuidados de saúde, água potável, um fracasso que tem naturalmente afectado muito mais os pobres das zonas rurais do que a classe média. O sucesso da capacidade empresarial é evidente e a Índia precisa de o alcançar. Regulamentações e instituições sólidas são necessárias não apenas para o desempenho económico mas para a credibilidade democrática.

O papel do Estado em proteger a liberdade religiosa será também importante. Têm-se registado ameaças recentes a essa liberdade, incluindo a matança de convertidos ao Cristianismo e uma lei anti-conversão no estado Tamil Nadu; ameaças estas que devem ser enfrentadas pelas autoridades políticas e judiciais. De alguma forma, o crescimento económico da Índia tem ajudado a atrair mais atenção e pressão do exterior e até mesmo a repelir a lei anti-conversão em Tamil Nadu.

Muitos aspectos da história da Índia devem constituir lições para os Ocidentais. Tal como os Estados Unidos, a Índia tem uma população em crescimento, religiosamente bem informada e empresarial. É jovem e optimista (não deve constituir surpresa que cerca de 70 por cento dos indianos tem uma impressão favorável dos Estados Unidos. Esta opinião geral é partilhada com os povos da Polónia e Filipinas, outros dois países onde crenças religiosas e hábitos empresariais são coincidentes.)

Porque tem uma população muçulmana tão grande, a Índia pode-se tornar num modelo de integração de muçulmanos como parte activa de uma democracia liberal próspera; pode servir como um parceiro de boa fé entre o Ocidente e os países islâmicos. A maioria dos países europeus, por outro lado, parece dirigir-se no sentido oposto da Índia, tornando-se cada vez mais secular, cada vez mais socialista, envelhecendo e com menos vontade de enfrentar a ameaça muçulmana. Torna-se cada vez mais evidente que sem uma cultura moral forte, a liberdade e a democracia não conseguem prosperar, e podem mesmo causar o seu próprio colapso.

A Índia tem dado grandes passos nos últimos anos para aceitar o seu carácter religioso, libertando o seu capital humano e tirando partido das circunstâncias políticas e económicas globais. Não será fácil manter o equilíbrio certo entre identidade religiosa e crescimento económico. O que pode ser muitíssimo importante é os indianos não caírem no erro de pensar que o progresso é o resultado de um qualquer processo acidental ou inevitável, mas o resultado da reflexão e da escolha.